

12 — Júri do concurso:

Presidente — Roberto Carlos de Moraes Afonso — Vice-Presidente da Câmara Municipal;
Vogais efectivos

Marcela Angelina Alves — Adjunta do Director do Agrupamento de Escolas de Vinhais;
Elsa Maria Martins — Técnica Superior (Sociologia) da Câmara Municipal.

Vogais suplentes

Maria José Gomes Madureira — Técnica Superior (Sociologia) da Câmara Municipal;
Aurinda de Fátima dos Santos Moraes — Técnica Superior (Educação) da Câmara Municipal.

O 1.º vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

13 — As actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e os sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente desta Câmara Municipal de Vinhais — formulário tipo, disponível no site desta Câmara Municipal — devidamente datado e assinado, podendo ser entregue pessoalmente na secção de pessoal da Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente, ou remetido pelo correio sob registo e com aviso de recepção, para Câmara Municipal de Vinhais, Rua das Freiras n.º 13, 5320 — 326 Vinhais até ao termo do prazo fixado.

A apresentação de candidaturas deverá ser em suporte de papel e acompanhada, sob pena de exclusão, de fotocópia legível do certificado de habilitações, fotocópia do bilhete de identidade, do cartão de contribuinte, do *curriculum vitae*, devidamente detalhado e assinado e dos documentos comprovativos da formação e experiência profissional.

14.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos: identificação completa do candidato (nome, estado civil, situação profissional actual, data nascimento, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço emissor, número de contribuinte, residência, código postal, telefone e endereço electrónico, caso exista).

14.2 — Os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se referem as alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 5 do presente aviso, desde que declarem, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles.

14.3 — O disposto no n.º anterior não impede que seja exigida aos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

14.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal, nos termos da lei penal.

15 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio electrónico.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos: De acordo com o preceituado do n.º 1 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da citada portaria, para a realização da audiência dos interessados nos termos do código do procedimento administrativo. Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local da realização dos métodos de selecção nos termos previstos, no artigo 32.º e por uma das formas previstas no artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

17 — A publicitação dos resultados obtidos é efectuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Vinhais e disponibilizada na sua página electrónica (www.cm-vinhais.pt)

18 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Vinhais e disponibilizada na sua página electrónica, nos termos do n.º 6 artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

20 — Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte

à presente publicação (no *Diário da República*), na página electrónica na Câmara Municipal de Vinhais e por extracto, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

3 de Julho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Américo Jaime Afonso Pereira*.

301995203

JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇOS

Edital n.º 675/2009

Ordenação Heráldica Brasão, Bandeira e Selo

José Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia de Cortiços, do município de Macedo de Cavaleiros:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Cortiços, do município de Macedo de Cavaleiros, tendo em conta o parecer emitido em 20 de Janeiro de 2009, pela comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea g), do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 4 de Abril de 2009.

Brasão: escudo prata, um cortiço de negro, com seu feixe de linho de ouro, entre duas flores de linho azul, botoados de ouro; em chefe, mitra de vermelho, com seus Fanhões, tudo forrado e guarnecido de ouro. Coroa mural nos termos da lei. Listel branco, com a legenda a negro: «CORTIÇOS».

Bandeira: esquartelada de vermelho e branco. Cordão e borlas de prata e vermelho. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da Lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Cortiços — Macedo de Cavaleiros».

29 de Junho de 2009. — O Presidente, *José Manuel Fernandes*.

301966919

JUNTA DE FREGUESIA DE MASSARELOS

Aviso n.º 12353/2009

Por dificuldades técnicas que impediram a transcrição do teor do Aviso n.º 11521/2009 publicado na 2.ª série do *Diário da República* em 29 de Junho de 2009 da Junta de Freguesia de Massarelos na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), em devido tempo, anula-se a referida publicação.

Republica-se o conteúdo do referido aviso.

Porto, 06 e Julho de 2009 — O Presidente José Carlos Gonçalves
Procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

1 — Em cumprimento do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22/01 torna-se público que, por deliberação do executivo da Junta de Freguesia de Massarelos de 18 de Junho de 2009, se encontram abertos pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª Série do *Diário da República*, os seguintes procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções por tempo indeterminado:

1.1 — Referência 01/2009 — preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais.

Referência 02/2009 — preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior, da carreira geral de Técnico Superior, na área de Técnico Superior.

1.2 — Foi efectuada consulta prévia à ECCRC, nos termos do n.º 1, do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22/01, mas uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

2 — Número de postos de trabalho a ocupar:

Referência 01/2009 — 1

Referência 02/2009 — 1

2.1 — Prazo de validade — Os procedimentos concursais são válidos para preenchimento dos postos de trabalho a ocupar (dois).

3 — Caracterização dos postos de trabalho em função da atribuição, competência ou actividade:

Referência 01/2009 — Exerce funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico enquadradas em directivas gerais do Exe-